

# Economista acha inviável redução nas importações

Da sucursal do  
RIO

7 OUT 1982

O redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica* e professor da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Rabello de Castro, acha que o superávit de US\$ 5 a 6 bilhões, anunciado pelas autoridades econômicas para o próximo ano, deve ser buscado por meio da ampliação das exportações e de uma maior entrada de capital de risco (investimentos diretos), porque a outra alternativa, ou seja, o corte nas importações, "é aritmeticamente possível, mas economicamente inviável".

Rabello de Castro defende a alternativa do aumento das exportações e a entrada de capital de risco incentivada pelo governo por ser a solução menos recessiva, implicando o que ele chama de "sacrifício dinâmico, muito duro para todos os brasileiros, mas que significará a perda de emprego, como representa um dramático corte nas importações".

O economista acha que essa exigência de superávit parte do pressuposto de que a comunidade financeira internacional não proporcionará a totalidade dos recursos necessários para o País fechar suas contas externas: "Entretanto, isso indica ainda que continuaremos a receber recursos e que a credibilidade brasileira está boa, pois a nossa taxa de crescimento da dívida externa aumentará bem mais que a dos outros países do Terceiro Mundo". Ele lembra que nossas necessidades de recursos externos serão para pagar juros de US\$ 10 bilhões e mais US\$ 3,5 bilhões de serviços, "dos quais conseguiremos uma rolagem de aproximadamente US\$ 8 bilhões, ficando um hiato de US\$ 5 a 6 bilhões, a ser coberto pelo superávit".

Na opinião dele, quanto mais o governo usar o corte das importações, "mais instabilidade econômica trará ao País, com seus efeitos recessivos que vão reduzir a própria entrada de recursos financeiros". Ao defender o aumento das exportações, Paulo Rabello lembra que a economia brasileira "é uma das mais fechadas do mundo, ganhando mesmo da China, em relação de exportações em proporção do PIB".

Para ele "é um mito afirmar-se que adotamos o modelo exportador", porque o modelo de desenvolvimento brasileiro nos últimos anos "foi essencialmente importador", assinalando que no recente relatório do Banco Mundial sobre 124 países industrializados, o Brasil apresenta uma das três menores taxas de abertura comercial, "quer dizer, é um dos países que menos utiliza a via da exportação em sua economia".

Dessa forma, ele acha que tentar obter o superávit pelo corte das importações "é dar muito para se conseguir muito pouco; é muito mais importante planejar um aumento de exportações e começar a agir rapidamente". Paulo Rabello afirma que o ano de 1983 já começou, em termos de exportação, alertando que "o governo pode estar prejudicando o plantio da safra de verão, por excessivo zelo quanto à contenção monetária, e pode-se defrontar no próximo ano com a falta de produtos agrícolas para vender no mercado externo".

Por sua vez, o economista da Fundação Getúlio Vargas Paulo Nogueira Baptista Júnior acha que a meta proposta pelas autoridades "é muito ambiciosa e extremamente difícil de ser alcançada, significando mesmo um tratamento de choque nas nossas contas externas, que poderá ser contraproducente, pois prejudicará a própria obtenção de novos empréstimos em moeda, reduzirá os investi-

mentos externos (quem investirá com o País em recessão?) e dificultará os financiamentos às importações".

Dessa maneira o economista do Centro de Estudos Monetários e Internacionais da FGV acha que, "se os próprios banqueiros internacionais desejam que o Brasil evite a renegociação de sua dívida externa, não devem fazer pressão nesse sentido, porque uma redução muito forte na entrada de novos recursos poderá mesmo precipitar a crise que é do interesse de todos evitar".

Segundo Nogueira Baptista Júnior, existem ainda muitas dúvidas sobre a programação das contas externas do governo para o próximo ano. Para ele, o ministro Ernane Galvão, ao anunciar um superávit comercial de US\$ 5 a 6 bilhões, em 1983, "deixou implícito que o desequilíbrio do balanço de pagamentos será abordado com um tratamento de choque", contradizendo as próprias declarações do ministro Delfim Netto, no almoço do Rio-Palace, em que foi homenageado por empresários, quando disse que "o tratamento de choque poderia conduzir ao colapso na administração de nossas contas externas".

Paulo Nogueira Jr. explicou que o governo brasileiro conta, para o próximo ano, "com uma entrada de empréstimos em moeda externa de apenas US\$ 13 bilhões, com financiamentos a importações e financiamentos diretos de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões, num total de US\$ 16 a US\$ 17 bilhões, dos quais se subtraem US\$ 8 bilhões em amortizações a médio e longo prazo, o que resulta em US\$ 8 a US\$ 9 bilhões na conta de capital. Na conta de transações correntes, esperam-se US\$ 10 bilhões de pagamento de juros e mais US\$ 4 bilhões de outros serviços, resultando em um déficit de US\$ 14 bilhões, a ser coberto pelos US\$ 8 a US\$ 9 bilhões da conta de capital e exigido de US\$ 5 a US\$ 6 bilhões de superávit na balança comercial".

Para o economista da FGV, o limite de obtenção de empréstimos em moeda de US\$ 13 bilhões "é muito modesto e teria de ser um pouco ampliado". De qualquer forma, ele entende que "os cortes nas importações poderiam ser feitos na conta petróleo ou com o significativo aumento das exportações".

Nogueira Jr. acha que "pelo lado das exportações é muito difícil se conseguir o superávit, pois mesmo que eles cresçam em 1983 não voltarão às taxas de crescimento observadas no passado". Assim, ele lembra que o superávit proposto por Galvão significa "violenta redução das importações, com correspondente compressão nos níveis internos de atividades econômicas e emprego".

O economista lembrou ainda que o corte nas importações "pode provocar retaliações de outros países, com consequente perda de competitividade dos nossos produtos exportáveis, além de afetar as possibilidades de abertura de novos mercados". Paulo Nogueira Baptista Jr. disse que os cortes nas importações "implicarão não somente o controle físico da Cacex, mas também medidas monetárias e fiscais de cunho restritivo, que venham reduzir a demanda de produtos importados".

Finalizando, Paulo Nogueira Jr. destacou que, talvez, essa meta governamental não represente a verdadeira intenção das autoridades econômicas, "podendo fazer parte de um esforço para se melhorar a nossa imagem externa e provar para a comunidade financeira internacional que somos diferentes dos demais países latino-americanos".